



## Relatório Geral

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO - IPREM-SP

CNPJ: 47.109.087/0001-01

Referência: Julho / 2023

## Análise do Cenário Macro Econômico

### Mercado Global

Em retrospectiva: O 1ºS23 foi marcado pela resiliência, com o crescimento nos EUA frustrando expectativas de uma desaceleração, mesmo com novos aumentos de juros para combater a inflação. Tal característica reverberou na performance do mercado de ações, com o S&P 500 registrando seu segundo melhor primeiro semestre dos últimos 20 anos. Entretanto, acredita-se que a resiliência dará lugar a um crescimento mais lento, conforme os efeitos defasados das subidas dos juros pelos bancos centrais se fizerem sentir.

A despeito disto, espera-se que, por hipótese, que o crescimento da economia norte-americana desacelere para perto de zero até o início de 2024. Tal cenário deve possibilitar que a inflação recue; porém, acredita-se que o retorno para a meta de inflação de 2% dos bancos centrais será gradual, deixando pouco espaço para um afrouxamento monetário à frente, todavia já se pode especular que o ciclo nos EUA e pela zona do euro esteja próximo de seu encerramento.

No balanço dos atuais riscos e oportunidades, pode-se atrever que enxergamos uma atrativa relação risco-retorno na renda fixa. Já as ações globais começam a indicar uma correção à frente, seja pelos sinais antecedentes mas também pelo preço de compra de opção de venda do S&P, que se encontra no patamar mais deprimido dos últimos 15 anos, pois acredita-se que sua perspectiva de retorno ficará limitada adiante.

Todavia, reconhecemos que alguns segmentos realmente oferecem potencial de recuperação, e é por isso que ações relacionadas a valor podem se beneficiar. Ademais, as ações de mercados emergentes tem potencial de recuperação. As commodities, entretanto, continuam de lado, exceto as ligadas a grãos, energia e ouro. A atividade industrial mais fraca do que o esperado continua trazendo preocupações com a demanda por metais industriais e energia. No entanto, fatores determinantes seculares da demanda (como a transição energética) devem dar suporte no longo prazo.

Com a convergência do aperto monetário, aumentam os riscos para o crescimento. Dados reais mais fortes do que o esperado nos EUA e em algumas outras economias desenvolvidas levaram os mercados a precificar cada vez mais um "pouso suave". Espera-se que o crescimento global desacelere no segundo semestre, já que será difícil escapar do efeito defasado da política monetária apertada, exceto no Japão, mas mesmo esse mudou seu comportamento em julho.

O núcleo da inflação tem se mostrado mais persistente do que os bancos centrais desejam. Espera-se que os principais bancos centrais reduzam os juros no segundo semestre. Talvez um aperto pelo Banco Central Europeu (BCE), pelo banco central da Inglaterra (BoE) e por outros bancos centrais de mercados desenvolvidos esteja diminuindo rapidamente a diferença dos juros em relação ao banco central dos EUA (Federal Reserve — Fed). A política monetária global e seu efeito negativo final sobre o crescimento global está efetivamente se tornando mais coordenada.

Bancos centrais parecem cada vez mais "backward looking" (conceito que implica definição da política monetária de forma retrospectiva, ao contrário do conceito de política monetária "forward looking", que implica decisões feitas de forma prospectiva, com base em expectativas e projeções): eles passaram a se sentir menos confortáveis com as previsões da equipe, que têm sido persistentemente otimistas demais em relação à inflação e pessimistas demais em relação ao crescimento.

Efeitos negativos sobre o crescimento dos EUA no segundo semestre. Uma série de indicadores sugere que o crescimento deve perder força no segundo semestre. Espera-se que o crescimento do PIB recue para perto de zero no 4ºT23 e atinja crescimento médio entre 1,0 e 1,5% em 2023. Os rendimentos do trabalho que têm sustentado a renda das famílias devem provavelmente desacelerar. Nos últimos tempos, a relação entre o número de vagas e a taxa de desemprego diminuiu, o número de pedidos de seguro-desemprego subiu mais um degrau, e os ganhos na folha de pagamento estão diminuindo. Espera-se que rendimentos do trabalho mais fracos e aumento de salário mais suave desacelerem o crescimento da renda total.

O crescimento mais fraco deve reduzir a inflação. O núcleo da inflação recuou em junho, e esperam-se que uma taxa menor persista nos próximos meses. Como esperado, o FED fez mais uma elevação dos juros em 25 pontos-base. Será fundamental saber se até setembro a desinflação estará suficientemente avançada para evitar mais um aumento para 5,50%–5,75%. De qualquer forma, espera-se que haja desinflação suficiente até o fim do ano de modo a criar espaço para que a autoridade monetária reduza os juros no 1ºT24.

De maneira similar antevê-se crescimento limitado na Europa e na China. Espera-se que a Zona do Euro mantenha baixo crescimento de 0,2% ante o trimestre anterior até meados de 2024. Apesar da fraqueza causada pelos estoques na atividade industrial, o setor de serviços deve sustentar a continuidade da expansão. É importante observar que o robusto crescimento do emprego, particularmente em setores de serviços, está combinando com grande aumento de salário e moderada inflação cheia para gerar a aceleração do crescimento da renda real. Ao mesmo tempo, o aumento do crescimento de salários está exercendo pressão altista sobre o núcleo da inflação de serviços, mesmo com a moderação na inflação de bens. Tal cenário nos leva a esperar que o BCE eleve a taxa de depósito dos atuais 3,50% para 3,75%–4,00% até o 3ºT23.

A recente fraqueza do consumo, do investimento e da atividade industrial na China corrobora a nossa expectativa abaixo do consenso que indica crescimento de 5,2% no PIB este ano. O "colapso" do mercado imobiliário é o principal obstáculo ao crescimento. Ao mesmo tempo, espera-se fraco crescimento dos investimentos em ativos fixos em 2023, uma vez que o mercado imobiliário se estabiliza em um ponto de equilíbrio menor e os investimentos em infraestrutura e atividade industrial apresentam crescimento moderado. O estímulo do governo deve continuar moderado. Contemporaneamente, vê-se "colapso" no preço de minério de ferro e no aço.

Parece que a sensibilidade da economia aos juros está menos acentuada do que no passado. Os motivos para isso incluem uma composição diferente em virtude de uma relevante migração da atividade industrial para serviços, geralmente envolvendo um modelo de negócios de capital leve (capital-light). Ademais, consumidores têm sido atraídos por empréstimos a taxas pré-fixadas (para a aquisição de imóveis, por exemplo), o que limita o efeito de custos mais elevados de empréstimos. Como a sensibilidade a juros parece menor, a defasagem com que o aperto monetário afeta o crescimento econômico pode ser maior agora. Todavia, o crescimento econômico está desacelerando, e se espera que fique abaixo da tendência no 2S23. Entretanto, o crescimento atualmente observado nos EUA continua forte o suficiente para tornar improvável a "iminência" de uma recessão, mas provavelmente ter-se-á uma desaceleração da atividade, pois já é possível antever nos principais dados antecedentes.

Em nossa avaliação, concluímos que a maioria dos principais bancos centrais fizeram o trabalho pesado em termos de aumento dos juros, e o mercado financeiro reflete amplamente as expectativas para o que ainda está por vir. Importante destacar que as expectativas de inflação de prazo mais longo refletem a visão de que a inflação ficará sob controle. Como os juros dos títulos de renda fixa subiram, excedendo as expectativas de inflação, enxergamos uma oportunidade de se beneficiarem da atrativa relação risco-retorno na renda fixa.

Crescimento econômico em desaceleração e condições financeiras mais apertadas representam obstáculos à lucratividade das empresas, mas segmentos de crescimento (incluindo setores relacionados à tecnologia) têm sido consideravelmente beneficiados por expectativas otimistas quanto ao impacto de curto prazo da inteligência artificial. O índice S&P 500 teve o segundo melhor primeiro semestre dos últimos 20 anos, deixando-nos de certa forma cautelosos com relação à perspectiva de retorno para o restante do ano. Segmentos relacionados a valor, entretanto, ficaram para trás, independentemente dos fundamentos atrativos, apesar do decepcionante progresso no que diz respeito à reabertura da economia doméstica na China após a pandemia de covid-19.

Dólar norte-americano deve perder mais força. Espera-se que a inflação na Europa permaneça mais alta por mais tempo do que nos EUA, onde a inflação cheia atingiu 3% em junho, ao passo que a inflação cheia na Zona do Euro ainda está oscilando na casa de 5,5%. Isso deve significar que os diferenciais de juros podem acabar se contraindo, o que tornaria os juros europeus mais atrativos para investidores em termos relativos. Assim sendo, a visão predominante deve dar lugar ao euro, com uma meta de taxa de câmbio euro/dólar norte-americano de  $\approx 1,18$  em junho de 2024.

O dólar norte-americano se mostrou resiliente no primeiro semestre de 2023, com dados melhores do que o esperado indicando novos aumentos de juros pelo FED. Mas o índice de dólar ainda está em baixa de cerca de 12%, após ter atingido em setembro o nível mais alto em 20 anos, com a retomada do declínio na esteira de dados tímidos de inflação dos EUA em junho. Espera-se que os diferenciais de juros entre o dólar norte-americano e outras moedas diminuam e vemos continuação da queda do dólar nos próximos meses. No Japão, um cenário econômico favorável sugere que, no segundo semestre de 2023, o banco central (BoJ) pode apertar sua política monetária já bastante afrouxada. Espera-se que o banco central da Suíça (SNB) permaneça hawkish de modo a manter as pressões sobre preços contidas e o franco suíço estável em termos reais — ou seja, enxergamos valor no franco suíço como uma moeda segura ante o dólar norte-americano.

No segmento de crédito, espera-se que futuramente os títulos com grau de investimento ofereçam atrativos retornos ajustados pelo risco. É provável que a etapa final do ciclo limite o incentivo para investidores reduzirem a qualidade de crédito e sustente a demanda por títulos de crédito de qualidade mais elevada. Títulos em moeda forte de mercados emergentes figuram entre nossas classes de ativos preferidas. A perda de força observada na atividade econômica da China é equilibrada por uma política monetária mais estimulativa, o que deve favorecer a percepção geral. Além disso, o dólar mais fraco nos próximos 12 meses deve ajudar a melhorar a perspectiva de risco-retorno da classe de ativos via redução no custo de necessidades de captação em mercados emergentes. Especificamente, ainda enxergamos valor em títulos soberanos de mercados emergentes, pois os valuations são atrativos ante os níveis históricos, impulsionados pelo segmento high yield. Em geral, esperamos que os títulos em moeda forte de mercados emergentes ofereçam atrativa relação risco-retorno adiante.

Commodities: Índices de commodities conseguiram se estabilizar provisoriamente nas últimas semanas. Ouro e petróleo continuam como preferidos por captarem diferentes cenários de risco. As preocupações com uma economia mais lenta persistem, mas a atividade se mostrou resiliente até agora. Do lado da oferta, os riscos para a produção de matérias-primas aumentaram, com o clima desempenhando papel fundamental. Ao mesmo tempo, há alguns sinais de que os mercados já não estejam tão bem abastecidos (principalmente energia), o que se reflete na mudança nas curvas futuras (ou seja, melhores juros de rolagem). No acumulado do ano, os índices que disseminam exposição a diferentes prazos ao longo da curva (CMCI) continuam tendo desempenho superior ao dos referenciais que mantêm exposição a commodities individuais na ponta mais curta (BCOM).

Dinâmica dos estoques de petróleo se torna favorável, No setor de petróleo, agressivos cortes voluntários na oferta pela Arábia Saudita e, possivelmente, pela Rússia devem garantir uma dinâmica de estoques favorável durante todo o verão no Hemisfério Norte. A demanda parece robusta e deve aumentar sazonalmente nas próximas semanas, especialmente a demanda por gasolina e combustível para a aviação. As altas temperaturas do verão também elevaram a demanda por energia, posteriormente impulsionando o gás, embora as contribuições vindas de energias renováveis tenham ajudado a manter os preços sob controle. Voltando ao petróleo, os riscos de curto prazo para os preços e os spreads a prazo parecem enviesados para cima, ao passo que a desvalorização deve ser protegida por restrições impostas pela Opep. Em tese, a Opep tem uma certa flexibilidade, uma vez que não deve temer a perda de uma grande parcela de mercado porque o crescimento do volume em países que não são membros da Opep está desacelerando.

Riscos climáticos predominam na agricultura. O clima também está causando impacto na agricultura, e os mercados tentam precificar crescentes riscos relacionados a um novo padrão do El Niño, que pode afetar negativamente as colheitas no quarto trimestre. Com relação a grãos e oleaginosas, as agências definiram altas expectativas para as safras do outono no Hemisfério Norte devido às consideráveis expansões de áreas cultivadas nessa época. Diante desse otimismo, os riscos de preço podem voltar a aumentar devido ao recente mau tempo e à deterioração das condições para as culturas. Mesmo assim, parece improvável que uma reavaliação das altas de 2022 impeça choques relevantes.

Julho foi de resultados positivos para os ativos de riscos. Nos EUA, o S&P500 apresentou alta de 2,96% e acumula 19,34% no ano. Na mesma direção, o Eurostoxx subiu pelo segundo mês consecutivo (1,86% em julho) e acumulou alta de 18,12% no ano. Já o FTSE 100 (UK) atingiu 2,15% no mês e 3,24% no ano, respectivamente. Nikkei (Japão) registrou pequena estabilidade, mas acumula 27,12% no ano. Até mesmo a China, após apresentar uma sequência de dois meses consecutivos de queda, seguiu na tendência dos pares globais e encerrou o mês de julho em alta no CSI 300, de 4,48%, e reverteu as perdas ao registrar acúmulo de 3,69% no ano.

Os motivos para esse desempenho podem ser atribuídos pela conjunção de vetores econômicos dispersos: – processo de desinflação em curso, Bancos Centrais sinalizando proximidade com o fim do ciclo de aperto monetário, cenário de recessão sendo evitado no curto prazo e até mesmo notícias de estímulos econômicos na China (embora nada concretos), tendo o Politburo ([https://en.wikipedia.org/wiki/Politburo\\_of\\_the\\_Chinese\\_Communist\\_Party](https://en.wikipedia.org/wiki/Politburo_of_the_Chinese_Communist_Party)) se manifestado para cobrar estímulos no impulsionamento da recuperação econômica vacilante após a pandemia. O plano de ação, composto por 31 pontos, promete melhorar o ambiente de negócios e tratar as empresas privadas de forma equivalente às empresas estatais. Apesar de faltar detalhes nesses 31 pontos, o fato de representarem um esforço do governo central é visto como um sinal positivo. Além disso, há expectativa em relação à reunião do Politburo, órgão que governa a China, que ocorrerá ainda em agosto, onde são esperadas discussões sobre medidas de estímulo. Embora a sinalização seja positiva, muitos ainda aguardam um grande pacote de estímulos para impulsionar de forma significativa a economia.

Nos EUA, os dados econômicos continuaram apontando para um cenário de atividade resiliente (característica marcada por todo ano de 2023) e moderação recente da inflação. O PIB do 2ºT23, por exemplo, apresentou alta de 2,4% anualizado, ficando acima das previsões do mercado e até mesmo acelerando em relação ao 1ºT23 (2,0%). Apesar de sua composição mostrar moderação do consumo das famílias, este movimento continua sendo mais lento do que as expectativas. Com isso, o risco de cauda associado a uma recessão nos EUA segue postergado e o cenário de “soft landing” se sustenta pelos recentes fundamentos econômicos, acompanhado por sinalizações de descompressão da inflação corrente.

Em junho, o índice de preços ao consumidor subiu 0,2% na comparação mensal, ritmo já abaixo da média de inflação observada nos últimos 6 (seis) meses (0,3%) e com o acumulado dos últimos 12 (doze) meses atingindo níveis de 3,0%, patamares não observados desde março de 2021. Além disso, os componentes subjacentes da inflação também apresentaram sinais menos desanimadores. Em especial, o núcleo de serviços (excluindo aluguel), métrica muito acompanhada pelo FED, apresentou ligeira deflação de 0,01% no mês de junho ante uma média de 0,25% nos três meses anteriores. Com este cenário, a última decisão do FED foi marcada por um tom mais suave em termos de sinalização dos próximos passos da política monetária. Apesar de subir a taxa de juros em 0,25 p.p. para o intervalo de 5,25-5,50%, depois de uma pausa, a autoridade monetária indicou que apertos adicionais na taxa de juros são dependentes de dados correntes e reforçou a possibilidade de que este ciclo monetário poderia estar próximo do fim, com talvez mais uma elevação ao longo dos próximos meses, com a taxa terminal em 5,50-5,75%.

Na zona do Euro, a conjuntura é semelhante, mas com diferenças para o ritmo atual de crescimento econômico. No mês de julho, o PMI composto da Zona do Euro recuou de 49,9 para 48,9 pontos, nível mais baixo desde dezembro de 2022, e sua composição também refletiu uma situação menos alvissareira para a atividade econômica, com o setor de industrial atingindo o nível de 42,7 pontos e o setor de serviços (51,1) no patamar mais baixo desde janeiro de 2023. Esta perda de tração da atividade econômica para uma suavização no tom de política monetária por parte do Banco Central. O BCE subiu a taxa de juros em 0,25 p.p. (3,75%), mas trouxe também sinais moderados em relação aos próximos passos, se contrapondo às mensagens anteriores que atribuía elevada probabilidade para continuidade do aperto monetário nas próximas decisões, - contracionista -, para evitar riscos excessivos no cenário de preços.

Por outro lado, a China atravessa um ambiente de demanda enfraquecida, com a atividade corrente e moderação dos preços domésticos. O índice de preços acumula 5 (cinco) meses consecutivos de deflação e a inflação ao produtor (PPI) atinge, em 12 (doze) meses, o nível mais baixo desde 2016. Os dados do PIB do 2ºT23, por exemplo, desaceleraram de um crescimento de 2,2% no início do ano para 0,8% na última divulgação.

Sumarizando: Julho se mostrou mais um mês positivo para o desempenho dos ativos de risco. Sinais de resiliência da atividade econômica nos EUA, processo de desinflação em curso e principais Bancos Centrais no mundo sinalizando proximidade com o pico nas taxas de juros ajudaram a explicar esse desempenho. No entanto, sinais de cautela com o cenário para frente são recomendáveis. Afinal, o processo de desinflação global ainda se encontra em estágios assimétricos e sofre de um balanço de riscos mais altista devido à resiliência do mercado de trabalho que pode se traduzir em resiliência dos preços de serviços à frente. Além disso, apesar de os principais Bancos Centrais demonstrarem tom ameno com relação ao fim do aperto monetário, poucos se mostram confortáveis em discutir um cenário de afrouxamento dessa política, indicando cautela no curso dos próximos meses.

Interessante notar o que apontou os dados recentes estimados pela OCDE: O CPI anual desacelera em junho, a 5,7%, mas núcleo tem recuo mais lento. A taxa recuou para 5,7% em junho, desacelerando em relação ao nível de 6,5% de maio. O núcleo do CPI arrefeceu em ritmo mais lento do que o índice cheio, de 6,9% em maio para 6,6% em junho. Os preços de energia tiveram queda anual de 9,6% em junho, após caírem 5,2% em maio. No G20 a taxa anual do CPI diminuiu de 5,9% em maio para 5,5% em junho, o que parece convergir para o processo desinflacionário pelo mundo, embora assimétrico pelos hemisférios sul e norte.

#### Cenário Brasil

Os ativos de risco tiveram mais um mês no azul. Além de melhores notícias a respeito da inflação reforçarem a expectativa de início do ciclo de queda da taxa de juros, o cenário global menos desfavorável para as perspectivas de crescimento com elevação dos preços das commodities beneficiou o Brasil. O índice CRB subiu 7,06% em julho, zerando as perdas do ano. Ouro e petróleo subiram 2% e 14%, respectivamente, com o minério de ferro estável, apesar da extrema volatilidade e com perspectivas negativas para o resto do ano, tanto no minério de ferro quanto no aço, sobretudo pelos sinais decepcionantes da China. O Ibovespa avançou 3,3%, a quarta alta mensal consecutiva. O real desvalorizou 1,2% no mês, alcançando desvalorização de 11,6% no ano. Já no mercado de renda fixa, observou-se queda adicional das taxas de juros curtos no mercado futuro (DI), a despeito da leve alta das taxas de prazos mais longos, mas no geral foram de queda, tanto nos juros nominais quanto nas taxas reais e na inflação implícita, com diferenças em relação ao relatório FOCUS/BC.

Pelo lado fiscal, o déficit do Governo Central acumulou até junho em -0,4% do PIB e sem sinais de aceleração da arrecadação por conta das propostas já anunciadas, mas com o mercado questionando a numerologia, como menciona o Relatório de Projeções Fiscais do Tesouro Nacional, até 2026 a receita precisará crescer 2,5% do PIB, algo como R\$290 bilhões em valores de 2023. Um recente relatório do FMI apresenta números similares. Há estudos para taxar fundos exclusivos, proposição de fim do JCP e acelerar tramitação das MIPs que tratam de tributação dos investimentos no exterior e que regulamentam apostas eletrônicas. Tais medidas não são novidades e já foram discutidas os últimos anos. As dúvidas, entretanto, ficam por conta da força política do

governo para conquistar votos para a aprovação destas medidas. Ao longo do mês de julho, o presidente confirmou que poderá fazer uma reforma ministerial para construir uma base de apoio no Congresso com apoio de partidos do Centrão, como PP e Republicanos. No entanto, sem o governo ainda definir os cargos que serão oferecidos e como cada partido será contemplado, ainda não há clareza de como a base do governo pode evoluir.

Enquanto o governo busca apoio político no Congresso para avançar na pauta econômica e garantir melhor resultado primário, as notícias sobre inflação e crescimento seguem favoráveis. Pelo lado da atividade, os últimos indicadores confirmam a expectativa de moderação do PIB nos próximos meses. Depois de crescer 1,9% no primeiro trimestre, por força do agro, a desaceleração do varejo e, principalmente, a queda de 2,0% do IBC-BR em maio indicam que a economia pode crescer entre 0,1%-0,5% no último trimestre. Apesar das evidências de arrefecimento do nível de crescimento, ainda não há sinais de desaceleração mais aguda da atividade. Pelo contrário, os últimos dados seguem apontando que o PIB poderá crescer entre 2%~2,5% no ano.

Além de as condições financeiras melhorarem, os dados de confiança aceleraram em julho e o mercado de trabalho segue consistente. A continuidade de notícias favoráveis em relação ao PIB, principalmente sobre o mercado de trabalho, ocorre em um momento em que há sinais incipientes de moderação nos núcleos de inflação. O IPCA-15 de julho, por exemplo, mostrou deflação de 0,07% e arrefeceu para 3,2% em 12 meses. As categorias subjacentes ficaram abaixo do esperado e mostraram descompressão não desprezível. As surpresas baixistas com a dinâmica de núcleos da inflação junto à queda das expectativas de inflação para o horizonte relevante da política monetária e melhora das condições financeiras permitiram o BACEN iniciar o processo de queda da taxa de juros na reunião de agosto. Em decisão dividida, reduziu a taxa Selic em 0,5 p.p., de 13,75% para 13,25% ao ano. Essa é a primeira queda depois de quase um ano de estabilidade da taxa Selic em 13,75%.

De acordo com o COPOM, a melhora do quadro inflacionário, refletindo em parte os impactos defasados da política monetária, aliada à queda das expectativas de inflação para prazos mais longos, após decisão recente do CMN - Conselho Monetário Nacional sobre a meta para a inflação, permitiram acumular a confiança necessária para iniciar um ciclo gradual de flexibilização monetária. Apesar de a sinalização do COPOM apontar para consenso em relação aos próximos passos, o início do ciclo começar com sinalização divergente da comunicação anterior e com dissensos implica que quaisquer tentativas de a autoridade monetária guiar suas próximas decisões pode ser testada dependendo dos números de atividade, condições financeiras e, principalmente, dados de inflação.

Ancoragem das expectativas e convergência da inflação. O CMN reafirmou a meta de 3% ao ano para os próximos anos e não alterou a meta. Essa reunião aumentou a confiança do mercado na política monetária e reduziu as expectativas de inflação para 2025 de 4% para 3,5%. Embora ainda não tenha chegado aos 3% da meta, essa redução de expectativas foi suficiente para que o BC voltasse a sua projeção de inflação de 2025 para 3%, exatamente na meta.

“As expectativas de inflação para 2023, 2024 e 2025 apuradas pela pesquisa Focus recuaram e encontram-se em torno de 4,8%, 3,9% e 3,5%, respectivamente. As projeções de inflação do Copom em seu cenário de referência\* situam-se em 4,9% em 2023, 3,4% em 2024 e 3,0% em 2025.” Isso permitiu que o BC finalmente iniciasse o ciclo de queda nesta reunião. “O Comitê avalia que a melhora do quadro inflacionário, refletindo em parte os impactos defasados da política monetária, aliada à queda das expectativas de inflação para prazos mais longos, após decisão recente do Conselho Monetário Nacional sobre a meta para a inflação, permitiram acumular a confiança necessária para iniciar um ciclo gradual de flexibilização monetária.” Note que, apesar de falar em flexibilização, eles fizeram questão de usar a palavra gradual.

Em nossa visão, esse trecho foi colocado para evitar que o mercado precificasse que o próximo passo da queda pudesse ser acelerado para 75 bps, embora tentará. Outros parágrafos reforçam essa cautela: “O Comitê reforça a necessidade de perseverar com uma política monetária contracionista até que se consolide não apenas o processo de desinflação como também a ancoragem das expectativas em torno de suas metas.” Mais adiante no comunicado, o comitê deixa claro que os próximos passos serão de 50 bps de queda: “A conjuntura atual, caracterizada por um estágio do processo desinflacionário que tende a ser mais lento e por expectativas de inflação com reancoragem parcial, demanda serenidade e moderação na condução da política monetária. Em se confirmando o cenário esperado, os membros do Comitê, unanimemente, antevêm redução de mesma magnitude nas próximas reuniões e avaliam que esse é o ritmo apropriado para manter a política monetária contracionista necessária para o processo desinflacionário.”

Note novamente que “nas próximas reuniões” está no plural. Ou seja, não seria somente na próxima reunião que teria uma queda de 50 bps, mas na seguinte também. Isso é importante porque o mercado atualmente já precifica a chance de aceleração do passo em algum momento próximo. O BACEN tenta, aqui, por meio da linguagem, mostrar que, na visão dele, o passo será de 50 bps mesmo, evitando precificações agressivas de queda e que possam desancorar expectativas.

Em síntese: A diminuição dos "ruídos" políticos e um ambiente macroeconômico mais favorável trouxeram uma postura otimista para o País, o que ajuda na atração de fluxo externo, que continuou tímido, embora fosse o 2º mês consecutivo de fluxo positivo, mas que combinado com as mudanças de percepções do risco do Brasil deve trazer nova perspectiva de influxos. Paralelamente, os estrangeiros têm demonstrado mais apetite que os investidores locais.

Em julho, a Bolsa recebeu a entrada de cerca R\$5,8 bilhões e no ano está positivo em R\$22 bilhões. Por sua vez, os fundos de ações locais registraram saídas de R\$400 milhões nas últimas quatro semanas, cifra que sobe para R\$1,4 bilhão no acumulado do ano, conforme dados da B3. Adicionalmente, para que o estrangeiro volte a ter, de fato, uma presença mais relevante no País, as reformas têm de andar. Frise-se, contudo, que o mês foi favorável nos diversos mercados de riscos: moedas, commodities, juros, exceto inflação implícita (que ganhou alguns pontos) e opções de compra e venda de diversos ativos. O início do corte de juros pelo BACEN, também deve continuar impulsionando os ativos domésticos.

A participação do Brasil no índice de ações MSCI Emerging Markets (MSCI EM), um dos principais referenciais internacionais para investidores, voltou a crescer depois da queda no início do ano e que impactou o peso das Américas. Na versão mais recente do índice, foi a 5,54%, ante 5% na anterior, publicada no fim de abril. Apesar da melhora, a participação verde e amarela ainda está longe dos tempos áureos. Em meados de 2010, o Brasil chegou a ter uma fatia de 17% do MSCI EM, quando o País ainda estava classificado como grau de investimento e era visto como um dos "preferidos" dos investidores globais entre os mercados emergentes.

O momento ainda positivo das commodities, os ativos domésticos têm vivenciado um rali neste ano. O Ibovespa subiu 3,27% em julho e acumula alta de cerca de 11% em 2023, perto dos 122 mil pontos, visto que o mercado se recuperou, mas ainda está abaixo das médias históricas de longo prazo, tanto pelos múltiplos (Preço/Lucro) quanto por pontos. O corte de juros é essencial para saber se a fotografia atual do mercado acionário brasileiro pode se transformar em um filme - ou seja, ser sustentável à frente. O dólar à vista fechou o mês com queda de 1,2%, mas, em 2023, a desvalorização passa de 11%, como enfatizamos acima. Depois de comentários negativos sobre inflação e a agenda fiscal do governo, o impressionante desempenho superior dos preços dos ativos brasileiros está correlacionado à queda do prêmio de risco fiscal no Brasil. A visão do estrangeiro é positiva para emergentes. Anteciparam o aumento de juros e conseguiram controlar a inflação e manter suas economias em recuperação mesmo com o FED subindo juros.

O Credit Default Swap (CDS) de 5 anos do Brasil, termômetro do risco país, foi a 162 pontos, o nível mais baixo desde junho de 2021, quando estava em 160 pontos. O indicador tem apresentado melhora nos últimos meses em meio ao avanço de reformas no governo, como a aprovação do novo arcabouço fiscal e da reforma tributária, que já passou pelo crivo da Câmara dos Deputados.

O mais recente impulso para a melhora na percepção do risco país foi a elevação do rating do Brasil, de 'BB-' para 'BB' pela Fitch. Antes, a S&P já havia melhorado a perspectiva para a nota do País, de estável para positiva. O movimento das maiores agências de classificação de risco, que foi seguido por menores como Austin Rating e DBRS Morningstar, trouxe de volta a expectativa de o Brasil poder vislumbrar novamente o grau de investimento, porém, o caminho à frente é desafiador. "É uma estrada longa ainda até obter esse selo de grau de investimento e vai requerer reformas macroeconômicas e microeconômicas, um marco regulatório que incentive o investimento e o aumento da produtividade. É uma maratona e apenas completamos a primeira milha". Em paralelo, está em curso a reforma mais importante e que ainda não foi endereçada: - que é a administrativa -, que tem potencial para cortar gastos públicos.

Além dos desafios domésticos, pesa ainda o contexto internacional em meio ao aperto monetário para controlar a inflação que subiu e se enraizou nas economias globais após a covid-19. A América Latina iniciou o movimento contrário, de relaxamento, com o Chile (no mês de julho) e o Brasil que afrouxou os juros no início de agosto. Enquanto isso, os bancos centrais dos EUA e da Europa deixaram as portas abertas para novo aumento neste ano, a depender dos futuros dados de suas respectivas economias, mas não consideram cortes no curto prazo.

O maior desafio no Brasil provavelmente nem é o Brasil. É mais o fato de que os mercados financeiros globais permanecem muito apertados. Portanto, não há muito dinheiro circulando por aí. Para se sobressair, os países emergentes, têm de apresentar uma história melhor do que a contada quando há maior liquidez global. Não só no Brasil, mas em qualquer mercado emergente, o investidor está procurando por estabilidade política, independência do banco central e a capacidade de [o governo] entregar promessas.

## Carteira - Consolidado

Total Carteira: R\$ 469.829.694,47

CNPJ	Produto	Disponib. Resgate	Carência	Saldo	% Sobre Total Côm. Limites	Quantidade Cotistas	% Sobre PL do Fundo	Resolução - 4.963
	Banco do Brasil S.A. - Agência: 1897 / Conta:20437-4	--	--	4.640.443,83	--	--	--	--
	Banco do Brasil S.A. - Agência: 1897 / Conta:20438-2	--	--	25.195,00	--	--	--	--
	Banco do Brasil S.A. - Agência: 1897 / Conta:1100-2	--	--	0,00	--	--	--	--
03.543.447/0001-03	BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA IMA-B 5 LONGO PRAZO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FI	D+1	Não há	17.820.767,35	3,83%	786	0,33%	ARTIGO 7º, INCISO I, ALÍNEA "B"
11.328.882/0001-35	BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA IRF-M1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC FI	D+0	Não há	302.288.286,89	64,99%	1132	4,23%	ARTIGO 7º, INCISO I, ALÍNEA "B"
41.727.134/0001-96	BB RENDA FIXA CURTO PRAZO MILÊNIO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO	D+0	Não há	27.376.493,74	5,89%	12	1,11%	ARTIGO 7º, INCISO I, ALÍNEA "B"
11.046.645/0001-81	BB RENDA FIXA REFERENCIADO DI TITULOS PUBLICOS FUNDO DE INVESTIMENTO LONGO PRAZO	D+0	Não há	117.678.507,66	25,30%	161	0,43%	ARTIGO 7º, INCISO I, ALÍNEA "B"
<b>Total:</b>				<b>469.829.694,47</b>	<b>100,00%</b>			



## Rentabilidade - Consolidado

### IRF-M 1

CNPJ	Ativos	Mês	Ano	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	Taxa Adm.	VaR Mês	Volatilidade - 12 meses
11.328.882/0001-35	BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA IRF-M1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC FI	1,059 %	7,620 %	3,309 %	6,473 %	13,429 %	22,390 %	0,1 %	0,015%	0,342%
--	IRF-M 1 (Benchmark)	1,068 %	7,815 %	3,372 %	6,621 %	13,768 %	23,044 %	--	--	--

### IMA-B 5

CNPJ	Ativos	Mês	Ano	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	Taxa Adm.	VaR Mês	Volatilidade - 12 meses
03.543.447/0001-03	BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA IMA-B 5 LONGO PRAZO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FI	0,950 %	8,006 %	2,595 %	6,591 %	11,012 %	21,933 %	0,2 %	0,118 %	1,62%
--	IMA-B 5 (Benchmark)	0,974 %	8,085 %	2,598 %	6,647 %	11,206 %	22,509 %	--	--	--

### CDI

CNPJ	Ativos	Mês	Ano	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	Taxa Adm.	VaR Mês	Volatilidade - 12 meses
11.046.645/0001-81	BB RENDA FIXA REFERENCIADO DI TITULOS PUBLICOS FUNDO DE INVESTIMENTO LONGO PRAZO	1,056 %	7,610 %	3,264 %	6,364 %	13,500 %	24,279 %	0,1 %	0,048 %	0,016%
41.727.134/0001-96	BB RENDA FIXA CURTO PRAZO MILÊNIO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO	1,046 %	7,468 %	3,176 %	6,247 %	13,228 %	--	0,1 %	0,001 %	0,006%
--	CDI (Benchmark)	1,072 %	7,640 %	3,251 %	6,390 %	13,529 %	24,231 %	--	--	--

## Retorno - Consolidado

Mês	Saldo Anterior (R\$)	Aplicações (R\$)	Resgates (R\$)	Saldo no Mês (R\$)	Retorno no Mês (R\$)	Retorno Acumulado (R\$)	Retorno no Mês (%)	Retorno Acumulado (%)	Meta para o Mês (%)	Meta Acum (%)	Diferença Acumulada (%)
janeiro	1.044.727.997,26	231.274.730,06	392.197.612,44	895.197.265,45	11.392.150,57	11.392.150,57	0,89%	0,89%	1,12%	1,12%	79,48%
fevereiro	895.197.265,45	40.038.838,62	388.709.499,33	555.224.053,03	8.697.448,29	20.089.598,86	0,93%	1,83%	0,92%	2,05%	89,24%
março	555.224.053,03	394.496.296,72	397.186.592,58	562.791.895,81	10.258.138,64	30.347.737,50	1,08%	2,93%	1,17%	3,25%	90,17%
abril	562.791.895,81	314.273.693,53	396.842.185,93	487.169.893,16	6.946.489,75	37.294.227,25	0,79%	3,75%	0,92%	4,20%	89,23%
maio	487.169.893,16	463.854.745,95	388.880.659,30	570.841.639,97	8.697.660,16	45.991.887,41	0,91%	4,70%	1,12%	5,37%	87,45%
junho	570.841.639,97	345.870.781,98	394.380.225,40	531.533.524,78	9.201.328,23	55.193.215,64	1,00%	5,75%	1,07%	6,50%	88,42%
julho	531.533.524,78	351.702.218,75	426.628.773,71	465.164.055,64	8.557.085,82	63.750.301,46	0,97%	6,77%	1,07%	7,64%	88,62%

## Renda Fixa

CNPJ	Ativos Renda Fixa	Saldo Anterior (R\$)	Aplicações (R\$)	Resgates (R\$)	Saldo no mês (R\$)	Retorno no mês (R\$)	Retorno no mês para o Instituto (%)	Retorno do fundo no mês (%)	VaR no Mês
03.543.447/0001-03	BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA IMA-B 5 LONGO PRAZO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FI	17.653.038,29	0,00	0,00	17.820.767,35	167.729,06	0,95%	0,95%	0,12%
11.328.882/0001-35	BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA IRF-M1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC FI	299.121.992,87	0,00	0,00	302.288.286,89	3.166.294,02	1,06%	1,06%	0,02%
41.727.134/0001-96	BB RENDA FIXA CURTO PRAZO MILÊNIO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO	25.829.127,58	16.566.480,48	15.339.577,75	27.376.493,74	320.463,43	0,76%	1,05%	0,00%
11.046.645/0001-81	BB RENDA FIXA REFERENCIADO DI TITULOS PUBLICOS FUNDO DE INVESTIMENTO LONGO PRAZO	188.929.366,04	335.135.738,27	411.289.195,96	117.678.507,66	4.902.599,31	0,94%	1,06%	0,05%
<b>Total Renda Fixa</b>		<b>531.533.524,78</b>	<b>351.702.218,75</b>	<b>426.628.773,71</b>	<b>465.164.055,64</b>	<b>8.557.085,82</b>	<b>0,97%</b>		

**Carteira - FUNFIN (Financeiro)**
**Total Carteira: R\$ 409.660.040,32**

CNPJ	Produto	Disponib. Resgate	Carência	Saldo	% Sobre Total Côm. Limites	Quantidade Cotistas	% Sobre PL do Fundo	Resolução - 4.963
11.328.882/0001-35	BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA IRF-M1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC FI	D+0	Não há	302.288.286,89	73,79%	1132	4,23%	ARTIGO 7º - INCISO I - ALÍNEA "B"
11.046.645/0001-81	BB RENDA FIXA REFERENCIADO DI TITULOS PUBLICOS FUNDO DE INVESTIMENTO LONGO PRAZO	D+0	Não há	107.371.753,43	26,21%	161	0,39%	ARTIGO 7º - INCISO I - ALÍNEA "B"
<b>Total:</b>				<b>409.660.040,32</b>	<b>100,00%</b>			

**Retorno - FUNFIN (Financeiro)**

Mês	Saldo Anterior (R\$)	Aplicações (R\$)	Resgates (R\$)	Saldo no Mês (R\$)	Retorno no Mês (R\$)	Retorno Acumulado (R\$)	Retorno no Mês (%)	Retorno Acumulado (%)	Meta para o Mês (%)	Meta Acum (%)	Diferença Acumulada (%)
janeiro	312.349.159,94	27.575.180,00	23.990.740,45	319.248.358,23	3.314.758,74	3.314.758,74	0,98%	0,98%	1,12%	1,12%	86,81%
fevereiro	319.248.358,23	18.559.748,78	23.125.690,74	317.754.684,03	3.072.267,76	6.387.026,50	0,91%	1,89%	0,92%	2,05%	92,29%
março	317.754.684,03	27.813.522,56	24.422.344,95	324.975.224,23	3.829.362,59	10.216.389,09	1,11%	3,02%	1,17%	3,25%	92,99%
abril	324.975.224,23	23.960.190,81	23.246.866,64	328.412.207,53	2.723.659,13	12.940.048,22	0,78%	3,83%	0,92%	4,20%	91,15%
maio	328.412.207,53	76.830.399,44	24.003.370,15	385.046.878,73	3.807.641,91	16.747.690,13	0,94%	4,80%	1,12%	5,37%	89,45%
junho	385.046.878,73	35.689.952,05	24.916.144,59	400.288.429,35	4.467.743,16	21.215.433,29	1,06%	5,92%	1,07%	6,50%	91,02%
julho	400.288.429,35	30.182.299,43	25.069.600,33	409.660.040,32	4.258.911,87	25.474.345,16	0,99%	6,96%	1,07%	7,64%	91,14%

**Renda Fixa**

CNPJ	Ativos Renda Fixa	Saldo Anterior (R\$)	Aplicações (R\$)	Resgates (R\$)	Saldo no mês (R\$)	Retorno no mês (R\$)	Retorno no mês para o Instituto (%)	Retorno do fundo no mês (%)	VaR no Mês
11328882000135	BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA IRF-M1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC FI	299.121.992,87	0,00	0,00	302.288.286,89	3.166.294,02	1,06%	1,06%	0,02%
11046645000181	BB RENDA FIXA REFERENCIADO DI TITULOS PUBLICOS FUNDO DE INVESTIMENTO LONGO PRAZO	101.166.436,48	30.182.299,43	25.069.600,33	107.371.753,43	1.092.617,85	0,83%	1,06%	0,05%
<b>Total Renda Fixa</b>		<b>400.288.429,35</b>	<b>30.182.299,43</b>	<b>25.069.600,33</b>	<b>409.660.040,32</b>	<b>4.258.911,87</b>	<b>0,99%</b>		

**Carteira - FUNPREV (Previdenciário)**
**Total Carteira: R\$ 27.951.483,99**

CNPJ	Produto	Disponib. Resgate	Carência	Saldo	% Sobre Total Côm. Limites	Quantidade Cotistas	% Sobre PL do Fundo	Resolução - 4.963
03.543.447/0001-03	BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA IMA-B 5 LONGO PRAZO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FI	D+1	Não há	17.644.729,76	63,13%	786	0,32%	ARTIGO 7º, INCISO I, ALÍNEA "B"
11.046.645/0001-81	BB RENDA FIXA REFERENCIADO DI TITULOS PUBLICOS FUNDO DE INVESTIMENTO LONGO PRAZO	D+0	Não há	10.306.754,23	36,87%	161	0,04%	ARTIGO 7º, INCISO I, ALÍNEA "B"
<b>Total:</b>				<b>27.951.483,99</b>	<b>100,00%</b>			

**Retorno - FUNPREV (Previdenciário)**

Mês	Saldo Anterior (R\$)	Aplicações (R\$)	Resgates (R\$)	Saldo no Mês (R\$)	Retorno no Mês (R\$)	Retorno Acumulado (R\$)	Retorno no Mês (%)	Retorno Acumulado (%)	Meta para o Mês (%)	Meta Acum (%)	Diferença Acumulada (%)
janeiro	722.018.779,77	188.444.449,77	360.405.273,74	557.973.175,30	7.915.219,50	7.915.219,50	0,87%	0,87%	1,12%	1,12%	77,39%
fevereiro	557.973.175,30	11.906.925,00	355.453.963,24	219.872.111,75	5.445.974,69	13.361.194,19	0,96%	1,83%	0,92%	2,05%	89,35%
março	219.872.111,75	354.534.453,71	364.041.908,27	216.524.730,93	6.160.073,74	19.521.267,93	1,07%	2,93%	1,17%	3,25%	90,00%
abril	216.524.730,93	273.931.859,39	354.741.281,26	139.740.021,27	4.024.712,21	23.545.980,14	0,82%	3,77%	0,92%	4,20%	89,79%
maio	139.740.021,27	373.686.524,50	358.898.632,56	159.146.726,16	4.618.812,95	28.164.793,09	0,90%	4,70%	1,12%	5,37%	87,61%
junho	159.146.726,16	295.378.623,49	353.701.700,67	105.241.587,13	4.417.938,15	32.582.731,24	0,97%	5,72%	1,07%	6,50%	88,04%
julho	105.241.587,13	304.953.438,84	386.219.595,63	27.951.483,99	3.976.053,65	36.558.784,89	0,97%	6,75%	1,07%	7,64%	88,30%

**Renda Fixa**

CNPJ	Ativos Renda Fixa	Saldo Anterior (R\$)	Aplicações (R\$)	Resgates (R\$)	Saldo no mês (R\$)	Retorno no mês (R\$)	Retorno no mês para o Instituto (%)	Retorno do fundo no mês (%)	VaR no Mês
03543447000103	BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA IMA-B 5 LONGO PRAZO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FI	17.478.657,57	0,00	0,00	17.644.729,76	166.072,19	0,95%	0,95%	0,12%
11046645000181	BB RENDA FIXA REFERENCIADO DI TITULOS PUBLICOS FUNDO DE INVESTIMENTO LONGO PRAZO	87.762.929,56	304.953.438,84	386.219.595,63	10.306.754,23	3.809.981,46	0,97%	1,06%	0,05%
<b>Total Renda Fixa</b>		<b>105.241.587,13</b>	<b>304.953.438,84</b>	<b>386.219.595,63</b>	<b>27.951.483,99</b>	<b>3.976.053,65</b>	<b>0,97%</b>		

### Carteira - IPREM (Fundo Administrativo)

Total Carteira: R\$ 27.552.531,33

CNPJ	Produto	Disponib. Resgate	Carência	Saldo	% Sobre Total Côm. Limites	Quantidade Cotistas	% Sobre PL do Fundo	Resolução - 4.963
03.543.447/0001-03	BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA IMA-B 5 LONGO PRAZO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FI	D+1	Não há	176.037,59	0,64%	786	0,00%	ARTIGO 7º, INCÍSO I, ALÍNEA "B"
41.727.134/0001-96	BB RENDA FIXA CURTO PRAZO MILÊNIO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO	D+0	Não há	27.376.493,74	99,36%	12	1,11%	ARTIGO 7º, INCÍSO I, ALÍNEA "B"
<b>Total:</b>				<b>27.552.531,33</b>	<b>100,00%</b>			

### Retorno - IPREM (Fundo Administrativo)

Mês	Saldo Anterior (R\$)	Aplicações (R\$)	Resgates (R\$)	Saldo no Mês (R\$)	Retorno no Mês (R\$)	Retorno Acumulado (R\$)	Retorno no Mês (%)	Retorno Acumulado (%)	Meta para o Mês (%)	Meta Acum (%)	Diferença Acumulada (%)
janeiro	10.360.057,55	15.255.100,29	7.801.598,25	17.975.731,92	162.172,33	162.172,33	0,63%	0,63%	1,12%	1,12%	56,36%
fevereiro	17.975.731,92	9.572.164,84	10.129.845,35	17.597.257,25	179.205,84	341.378,17	0,65%	1,29%	0,92%	2,05%	62,76%
março	17.597.257,25	12.148.320,45	8.722.339,36	21.291.940,65	268.702,31	610.080,48	0,90%	2,20%	1,17%	3,25%	67,76%
abril	21.291.940,65	16.381.643,33	18.854.038,03	19.017.664,36	198.118,41	808.198,89	0,53%	2,74%	0,92%	4,20%	65,27%
maio	19.017.664,36	13.337.822,01	5.978.656,59	26.648.035,08	271.205,30	1.079.404,19	0,84%	3,60%	1,12%	5,37%	67,08%
junho	26.648.035,08	14.802.206,44	15.762.380,14	26.003.508,30	315.646,92	1.395.051,11	0,76%	4,39%	1,07%	6,50%	67,56%
julho	26.003.508,30	16.566.480,48	15.339.577,75	27.552.531,33	322.120,30	1.717.171,41	0,76%	5,18%	1,07%	7,64%	67,80%

### Renda Fixa

CNPJ	Ativos Renda Fixa	Saldo Anterior (R\$)	Aplicações (R\$)	Resgates (R\$)	Saldo no mês (R\$)	Retorno no mês (R\$)	Retorno no mês para o Instituto (%)	Retorno do fundo no mês (%)	VaR no Mês
03543447000103	BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA IMA-B 5 LONGO PRAZO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FI	174.380,72	0,00	0,00	176.037,59	1.656,87	0,95%	0,95%	0,12%
41727134000196	BB RENDA FIXA CURTO PRAZO MILÊNIO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO	25.829.127,58	16.566.480,48	15.339.577,75	27.376.493,74	320.463,43	0,76%	1,05%	0,00%
<b>Total Renda Fixa</b>		<b>26.003.508,30</b>	<b>16.566.480,48</b>	<b>15.339.577,75</b>	<b>27.552.531,33</b>	<b>322.120,30</b>	<b>0,76%</b>		

## Outros Cometários

### Parecer Comitê de Investimentos

O colegiado do IPREM/SP, em sua 8ª reunião ordinária de 2023, seguindo as diretrizes e parâmetros estabelecidos para os Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS, através do Ministério da Previdência Social, que exerce as competências de orientar, supervisionar, fiscalizar e acompanhar os RPPS, além de estabelecer parâmetros e diretrizes gerais para seu funcionamento, conforme art. 9º da Lei nº 9.717/1998, que foi expressamente recepcionada como Lei Complementar pela EC nº 103/2019, bem como pela Resolução CMN nº 4.963, de 25 de novembro de 2021, e em observância às melhores práticas advindas do manual Pró Gestão (versão 3.4), amparando-se, ainda, pela política de investimentos vigente, aprova o relatório mensal da carteira de investimentos referente ao mês de julho de 2023.

## Disclaimer

As informações foram obtidas a partir de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis, cuja responsabilidade pela correção e veracidade não é assumida pelo Atlas RPPS, pelo titular desta marca ou por qualquer das empresas de seu grupo empresarial. O Atlas RPPS, titular desta marca ou qualquer das empresas de seu grupo empresarial não são responsáveis por tomadas de decisão e consequentes resultados. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do prospecto e regulamento do fundo de investimento ao aplicar seus recursos. As informações disponíveis, não devem ser entendidas como colocação, distribuição ou oferta de fundo de investimento ou qualquer outro valor mobiliário. Para avaliação da performance de um fundo de investimento, é recomendável a análise de, no mínimo, 12 (doze) meses. Fundos de investimento não contam com a garantia do Administrador do fundo, Gestor da carteira, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. As estratégias com derivativos, utilizadas como parte da política de investimento de fundos de investimento, podem resultar em significativas perdas para seus cotistas superiores ao capital aplicado e a consequente obrigação do cotista de aportar recursos adicionais para cobrir o prejuízo do fundo. Os valores exibidos estão em Real (BRL). Para os cálculos foram utilizadas observações Diárias e Mensais.